Lélia Gonzalez: aportes de gênero, raça e classe pensando a “Amefricidad” do desenvolvimento no Brasil

Lélia Gonzalez: Gender, Race and Class Contributions to Reflexion on the “Amefricadinity” of Development in Brazil

Carla Curtyⁱ
Maria Maltaⁱⁱ

Resumo: Lélia Gonzalez (1935-1994) é uma pensadora da formação econômico-social brasileira. Constrói sua obra exercendo o papel de intelectual orgânica dos movimentos da classe trabalhadora, do movimento negro e do feminismo negro. Foi exatamente pela característica de ser uma intelectual orgânica que Gonzalez foi capaz de introduzir em seu pensamento a centralidade das questões de gênero, raça e classe, de maneira articulada, possibilitando abordar a questão dos limites e possibilidades do desenvolvimento brasileiro em uma perspectiva latino-americana integrada. A análise da autora nos permite ter uma visão de que as inúmeras facetas do desenvolvimento são intrinsecamente imbricadas com os processos de formação econômico e sociais, arrastando a história para dentro da compreensão de estruturas de manutenção de violências e privilégios que caracterizam o desenvolvimento em economias dependentes. É seguindo esta visada que se defende a importância da contribuição de Lélia Gonzalez para se pensar o desenvolvimento e suas questões.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico e social; Gênero; Raça

Abstract: Lélia Gonzalez (1935-1994) is a thinker on Brazilian economic and social formation. She developed her work as an organic intellectual of the working class movements, the black movement and black feminism. It was precisely because she was an organic intellectual that Gonzalez was able to introduce into her thinking the centrality of gender, race and class issues in an articulated manner, enabling her to approach the issue of the limits and possibilities of Brazilian development from an integrated Latin American perspective. The author's analysis allows us to see that the many aspects of development are intrinsically intertwined with the processes of economic and social formation, drawing history into an understanding of the structures that maintain the violence and privileges that characterise development in dependent economies. It is in this light that we defend the importance of Lélia Gonzalez's contribution to understanding development and its issues.

Key words: Economic and social development; Gender; Race

Recibido: 9 de abril de 2024

Aprobado: 9 de agosto de 2024

ⁱ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Laboratório de Estudos Marxistas. Coletivo Marxista da Rural. Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia Política. ORCID 0000-0002-3052-9779, carla_curty@yahoo.com.br

ⁱⁱ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Laboratório de Estudos Marxistas. Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia Política. ORCID 0000-0002-5538-940X, mariamalta@yahoo.com.br

Introdução

A obra de Lélia Gonzalez (1935-1994) tem sido resgatada contemporaneamente, em especial, no que concerne às questões dos feminismos negros, dos feminismos decoloniais e dos movimentos negros.

O corpo total da obra de Lélia Gonzalez, no entanto, apesar de ser inegavelmente um trabalho de uma verdadeira intelectual orgânica dos movimentos feminista negro, dos movimentos negros e dos movimentos da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina, vai além de análises sobre as questões do feminismo e das questões raciais no Brasil e na América Latina.¹ Sua obra consiste em uma pujante e atualíssima interpretação do Brasil, especialmente, por dar destaque de maneira inovadora, para as dimensões raciais, sexuais e classistas, de maneira articulada, para se compreender o desenvolvimento de nossas formações econômico-sociais periféricas. É exatamente esta interseccionalidade que a permite analisar a formação econômico-social brasileira e o capitalismo dependente que se forma e se desenvolve no Brasil, contribuindo com uma visão interdisciplinar de variadas fontes das ciências sociais para pensar o desenvolvimento.

Neste movimento de resgate da obra de Lélia Gonzalez, alguns trabalhos recentes dialogam com nosso artigo ao também afirmarem haver em Gonzalez uma interpretação do Brasil.² Trabalhos como de Barreto (2018), Araujo (2020), Novo (2023) e Mascaro (2024) também explicitam como no conjunto da obra de Lélia Gonzalez há uma análise sobre a formação econômico-social brasileira que articula de maneira indissociável os elementos de gênero, raça e classe no entendimento dos caminhos e descaminhos do capitalismo dependente.

Pode-se entender as interpretações do Brasil como uma abordagem historiográfica que define as “interpretações do Brasil” como uma forma de apresentar a história do pensamento econômico e social brasileiro. O estudo das chamadas interpretações do Brasil busca identificar nas (e nos) intérpretes as origens de debates que constituem as principais discussões necessárias para a compreensão do Brasil na atualidade. Este campo apareceu, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século XIX, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, a partir das décadas de 1920/1930.³ Naquele tempo o Brasil foi um caldeirão de ideias para pensar o desenvolvimento nacional.

¹ Neste aspecto, no âmbito das teorias mundiais sobre gênero, raça e classe, Lélia Gonzalez também foi inovadora, influenciando autoras como Angela Davis, que sistematicamente, faz referências à Lélia Gonzalez em suas obras e discursos.

² Refletir sobre o que é o Brasil, quais suas características, suas raízes e suas possibilidades do devir é um movimento recorrente na história do pensamento econômico e social brasileiro, formando um frutífero campo de análise conhecido como “Interpretações do Brasil”. Existem várias abordagens para delimitação do que seria este campo historiográfico como podemos encontrar em Ricupero (2008); Pericás e Secco (2011), Axt e Schuller (2004); Botelho e Schuarz (2009); Santiago (2000-2002); Malta (2011); Malta et al. (2022a; 2022b); Curty, Malta e Borja (2021); Secco, Silva e Brites (2023).

³ A geração mais conhecida dos chamados intérpretes do Brasil é a geração dos anos 1930, identificada fortemente com o que Antônio Cândido aponta como a tríade de autores dos anos 1930 –Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Essa visão dos intérpretes do Brasil é geralmente defendida pelos autores e pelas autoras ligados e ligadas à escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP). “A geração dos anos 1920 e 1930 tem como ansiedade principal, em suas diferentes orientações teórico-políticas, a tentativa de compreender a formação socioeconômica do Brasil no contexto do início da transição de uma sociedade agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Essa geração formada pelos autores modernistas, na literatura, encontrava interseções com os pensadores das estruturas sociais, como no caso de Sérgio Buarque de Holanda” (Curty, Malta, Borja, 2021, p. 467).

Conforme apontam Curty, Malta e Borja (2021), é possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos. Isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Paulo Arantes (1997) destaca como o tema da formação é uma questão persistente dos intérpretes do Brasil, estando inclusive presente nos títulos e subtítulos de boa parte das obras consideradas cânones das interpretações do Brasil.

O objeto de análise das variadas interpretações do Brasil pode ser definido como a formação econômico-social brasileira, sua relação com a construção de uma análise de conjuntura e um projeto de futuro para o país, bem como os variados caminhos indicados para sua transformação. Para dar conta deste objeto os e as intérpretes darão destaque para os debates sobre Estado, nação, classes sociais, povo, raça e modos de produção brasileiros.

Houve, porém, silêncios importantes, entre os quais destacam-se em especial uma abordagem crítica às dimensões de gênero e à questão racial. Nesse contexto, o estudo da interpretação do Brasil de Lélia Gonzalez nos permite não apenas diagnosticar o país diante dos limites que enfrenta para o seu desenvolvimento, como também nos possibilita um olhar do Brasil integrado à América Latina em uma perspectiva de autonomia, a partir de uma história coletiva de resistência à violência e à apropriação cultural resultante de uma dominação colonial, patriarcal e racista.

Desta forma, o presente trabalho busca em Lélia Gonzalez o referencial para aportes de gênero, raça e classe que dão origem a uma perspectiva de “*amefricaladinidad*” na formulação de uma nova visão de desenvolvimento. Nas palavras da própria Lélia:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). (González, 2020p [1988], p. 127)

Partindo de Gonzalez pode-se pensar um conceito de desenvolvimento que se conecte com um projeto para que o Brasil tenha, em seu futuro, superado as opressões étnicas, sexuais e de classe inseparáveis da situação de dependência legadas por nossa formação econômico-social. Explora-se, então, o que Rios e Lima (2022) apontam como os elementos inovadores, presentes na interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez:

Em diálogo profícuo com a produção do seu país, a autora faz uma crítica radical aos chamados intérpretes do Brasil, reagindo ao arianismo de Oliveira Vianna e ao elogio da mestiçagem de Gilberto Freyre, ou mesmo às tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr. em seu famoso A formação do Brasil contemporâneo Ela também acompanha de forma atenta e crítica à escola paulista de sociologia, analisando os trabalhos dos estudiosos que investiram no entendimento das relações raciais brasileiras, liderados por Florestan Fernandes, e as interpretações que visavam dar uma explicação para a especificidade do capitalismo que se estabelecia no Brasil e na América Latina, tendo como referência a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso. (Rios e Lima, 2020, pp. 11-12)

Tal radicalidade e inovação de embocadura nos permitem defender a importância desta interpretação para a história do pensamento econômico e social brasileiro e a atualidade da obra da autora.

Lélia Gonzalez: intelectual orgânica e interdisciplinar

Formada em história e geografia (em 1958) e em filosofia (em 1962) pela antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – atualmente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e com formação acadêmica nas áreas de comunicação (mestrado) e antropologia (doutorado), Lélia Gonzalez foi uma significativa intelectual orgânica das classes trabalhadoras brasileiras, em especial, dos movimentos negro e do feminismo negro.

Para ilustrar o caminho que nos faz afirmar a organicidade do pensamento de Gonzalez nos baseamos em dados biográficos e de militância, tal como ter participado, em 1978, da fundação e organização do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR), depois conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU), e posteriormente ter se tornado uma de suas principais referências e militantes, sendo a primeira diretora executiva do movimento. Atuou no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) ligado à Universidade Candido Mendes. Participou da criação e foi a primeira coordenadora do Nzinga Coletivo de Mulheres (em 1983), coletivo de mulheres negras. Todas essas realizações ocorreram em tempos de ditadura empresarial-militar no país e no continente. Já no contexto da redemocratização, participou de importantes redes de articulação da militância do feminismo negro no Brasil e na América Latina, tendo feito parte do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença (RJ), em 1988. Além de ter participado do 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas.⁴ Foi ainda membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) no período de 1985-1989.

A autora se aproximou dos movimentos negros organizados em meados dos anos 1970, período em que o movimento negro no Brasil se reorganizava, no contexto da resistência contra a ditadura, sendo um período intenso em que o movimento negro fervilhava política e culturalmente.⁵ A partir dos debates destes movimentos reflexões em torno da crítica ao difundido “mito da democracia racial” e dos debates em torno da redemocratização do Brasil no pós-ditadura. Neste período destaca-se também a efervescência dos movimentos feministas – não só no Brasil, como também em toda a América Latina – movimentos dos quais Lélia se aproxima também em meados dos anos 1970, com destaque para a sua construção do feminismo negro, tornando-se

⁴ O encontro, realizado em 25 de julho de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, reuniu mais de 300 representantes de 32 países para compartilhar suas vivências, denunciar as opressões e debater soluções para a luta contra o racismo e o machismo. Este encontro marcou a articulação da rede de militantes e pesquisadoras afro-latino-americanas. O Encontro e a força de sua militância fizeram com que, ainda em 1992, a ONU reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Aqui no Brasil, desde 2014, dia 25 de julho, passou a ser reconhecido (pela Lei 12.987/2014) como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data visa não só compartilhar dos princípios do Dia Internacional estabelecido em 1992, como também tem visa a dar visibilidade para o papel da mulher negra na história brasileira, através da figura de Tereza de Benguela. Tereza foi a líder do Quilombo Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, e, por 20 anos, liderou a resistência contra o governo escravista e coordenou as atividades econômicas e políticas do Quilombo.

⁵ Para uma boa síntese da relação de Lélia Gonzalez com os movimentos negros e os movimentos do feminismo negro no Brasil e na América Latina, ver Ratz e Rios (2010), assim como alguns textos da própria Lélia Gonzalez, como Gonzalez e Hasenbalg (1982 [2022]). Nota-se que os anos 1970 foram um período muito importante para a consolidação e organização dos movimentos negros no Brasil. Para maiores informações sobre o histórico dos movimentos negros no Brasil, ver Domingues (2007).

figura central para estes movimentos nos anos 1970 e nas décadas seguintes, em especial, nos anos 1980.

Importante lembrar que data dessa época na América Latina a emergência do chamado feminismo decolonial, que tem como marca a articulação de elementos fundamentais para se compreender as sociedades de classes que emergem da estrutura colonial e que se desenvolvem nos tipos de capitalismo dependentes latino-americanos, como as questões raciais, de gênero e de sexualidade e das classes sociais (Hollanda, 2020). Como afirma Hollanda (2020, p. 17), “O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista”. Gonzalez não foi uma autora que emergiu dos debates decoloniais, mas sua obra integra as fileiras dos debates críticos à colonialidade na América Latina e influencia atualmente os debates de renovação sobre tais temas.

Por conta de seu papel militante, suas reflexões aparecem não só em textos acadêmicos propriamente ditos, mas também em intervenções na imprensa, em artigos em jornais e revistas e em entrevistas e em discursos e panfletos políticos.⁶

Para exemplificar da importância deste caráter militante no todo da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil, podemos citar a obra “Lugar de negro” (publicado originalmente em 1982) em coautoria com Carlos A. Hasenbalg. Esta publicação demarca análises das relações entre desigualdade econômica e social e questão racial em um duplo movimento de articulação das desigualdades e hierarquias econômico-sociais com as formas de luta e resistência dos movimentos negros. Na mesma obra, no texto “O movimento negro na última década”, Lélia Gonzalez apresenta uma instigante análise e sistematização histórica dos movimentos negros ao longo da década de 1970 no Brasil, processo que culminou na criação do já mencionado MNU.

No referido artigo “O movimento negro na última década”, conforme realizava a análise e sistematização histórica dos movimentos negros brasileiros com destaque para a década de 1970, mas também resgatando o histórico de resistência dos movimentos negros no Brasil desde o pós-abolição, Lélia Gonzalez apresenta importantes reflexões sobre a forma como o capitalismo dependente, em sua configuração presente na ditadura empresarial-militar brasileira, trazia consequências de ampliação da desigualdade econômico e social em sua dimensão racial. Apontava como aquela era uma desigualdade estrutural e também historicamente condicionada pela forma como as populações negras foram inseridas (ou melhor, marginalizadas) na sociedade de classes brasileira.

O importante panorama histórico dos movimentos negros, da sua importância, dos seus dilemas (inclusive as questões das mulheres negras dentro dos movimentos negros) presente nesta obra é uma peça importante para a formulação teórica e política da militância, na medida em que coloca o povo negro e sua luta na história de formação do Brasil do presente.⁷ Assim, Lélia permite a formação de uma imagem do Brasil que tem a presença dos corpos e das mentes negras na

⁶ Do ponto de vista da organização política partidária, Lélia Gonzalez foi militante do PT (Partido dos Trabalhadores), foi membro do diretório executivo nacional do PT de 1981 a 1984, além de ter sido candidata a deputada federal em 1982 (não é eleita, fica como 1ª suplente da legislatura 1983-1986), e assessora da (à época) naquela legislatura da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, (a hoje deputada federal) Benedita da Silva. Após romper com o PT, filia-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), em uma época em que outros importantes intelectuais orgânicos dos movimentos negros, como Abdias Nascimento, também se aproximavam do partido. Como militante do PDT foi candidata a deputada estadual em 1986, quando também não é eleita e fica como suplente da legislatura (1987-1990).

⁷ Aqui, neste movimento de análise e destaque para o histórico de luta e resistência dos movimentos negros no Brasil, Lélia se junta ao esforço de outros importantes intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e dos movimentos negros no Brasil, Clóvis Moura (2020[1959]; 1977; 2019[1988]; 1989; 2014[1994]) e Abdias Nascimento (1976).

resistência e na organização de grupos de pressão política a fim de interferir na configuração do Brasil dominante. É uma história de formação que tem nos oprimidos e nas oprimidas o foco de análise, trazendo muito mais contradições para os processos constitutivos das nações de capitalismo dependente em suas relações com a formação do sentido de direito de cidadania, do padrão de desenvolvimento e sua relação com os interesses das diversas classes que o constituem.

Exatamente por estes elementos Lélia Gonzalez aponta que, como veremos com mais detalhes na próxima seção, não é possível compreender a forma como o capitalismo dependente se forja e se desenvolve no país, a forma como se configura a luta de classes e a formação econômico-social brasileira, se não for dada centralidade para a dimensão de como as questões de gênero, raça e classe se mesclam e interagem nesta sociedade.⁸

Assim, obra de Lélia Gonzalez traz aportes fundamentais para analisarmos a sociedade brasileira e seu processo de desenvolvimento de maneira mais ampla e aprofundada ao articular as dimensões de gênero, raça e classe, dando centralidade para as mulheres negras e, em especial, as mulheres trabalhadoras negras, em suas análises sobre o processo de formação econômico-social brasileiro e o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Afinal, gênero e raça não são questões secundárias para compreender o Brasil e seus problemas. Estas são questões fundamentais na configuração e na compreensão do que é o Brasil. Ao contrário, Lélia vai buscar demonstrar como análises econômicas, políticas e sociais que deixem de lado estes aspectos das opressões na configuração da sociedade brasileira e do capitalismo dependente são análises limitantes, limitadas e até mesmo “capengas”, no sentido de faltar sustentação no concreto e no real enquanto formulações que se pretendem elucidativas. Com este duplo movimento a obra de Gonzalez se insere completamente no campo das interpretações do Brasil.⁹

Um capitalismo dependente marcado pelas questões raciais e de gênero: aportes psicossociais para uma crítica ao mito da democracia racial

O debate sobre democracia racial, neurose cultural e a importância da mulher negra em Gonzalez buscar as interpretações do Brasil invisibilizadas dos grupos marginalizados como referência analítica, teórica e histórica não é um movimento em vão e significa também ampliar o campo da história do pensamento econômico e social que tomamos como referência. Para ir além dos cânones da

⁸ Como já afirmamos antes, devemos destacar que este artigo nosso artigo não é o único ou mesmo o primeiro a apontar a importância de Lélia Gonzalez em suas análises sobre o capitalismo dependente brasileiro. Obras como Barreto (2018), Araujo (2020), Novo (2023), com abordagens e enfoques diferentes, também fazem esse movimento.

⁹ As principais publicações de Lélia Gonzalez que compõem o todo de sua interpretação do Brasil são os artigos: “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” (2020q[1979]); “Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?” (1978); “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego” (2020^a [1979]); “Mulher negra: um retrato” (2020b[1979]); “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (2020c[1980]) – este talvez um dos mais emblemáticos e conhecidos–; “A questão negra no Brasil” (2020d [1980]); “A mulher negra: essa quilombola” (2020e[1981]); “Democracia racial? Nada disso!” (2020r [1981b]); “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (2020f[1982]) –este publicado posteriormente em francês e inglês–; “E a trabalhadora negra cumé que fica?” (2020g[1982]); “De Palmares às escolas de samba, tamos aí” (2020h[1982]); “Racismo por omissão” (2020i[1983]); “Mulher Negra” (1984); “O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra” (2021[1985]) –este posteriormente publicado também em inglês; “A mulher negra no Brasil” (2020m[1985]); “Mito feminino na revolução malé” (2018a[1985]); “Insurreições negras e sociedade brasileira” (2018b[1985]); “Nanny: pilar de amefricanidade” (2020n[1988]); “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988b); “A categoria político-cultural de amefricanidade” (2020p [1988]). E os livros “Lugar de negro” (Gonzalez & Hasenbalg, 1982), em coautoria com Carlos A. Hasenbalg, e “Festas populares no Brasil” (2024[1987]).

história do pensamento, torna-se fundamental reconhecer que o pensamento econômico e social brasileiro também é forjado fora dos espaços acadêmicos em sentido estrito e que a produção intelectual gerada a partir dos movimentos sociais é parte pujante e partícipe da história do pensamento que deveria estar presente também nos debates sobre o desenvolvimento.

As obras recentes de referência para a compreensão e análise do que são as interpretações do Brasil como Santiago (2000); Axt e Schüller (2004); Botelho e Schwarcz (2009); Ricupero (2011); Cardoso (2013); e Pericás e Secco (2014) não trazem Lélia Gonzalez como uma das intérpretes analisadas e com raras e poucas exceções abordam interpretações realizadas por intelectuais negros, mesmo no caso de Pericás e Secco (2014), cuja coletânea visa incluir nomes de intérpretes do Brasil que tenham relação direta com os movimentos sociais, como é o caso de Lélia Gonzalez. Uma das raras exceções é o livro publicado por Mascaro (2024) “Sociologia do Brasil”, em que o autor resgata as análises de autores negros intérpretes do Brasil, como Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento e de Lélia Gonzalez. Outra ausência notável de intelectuais negras é a falta de referência à Lélia Gonzalez e Nascimento na coletânea “Mulheres que interpretam o Brasil” organizada por Secco, Silva e Brites (2023). Nesta coletânea, os organizadores reuniram análises sobre 45 mulheres que consideram intérpretes do Brasil, nos mais variados campos de atuação e Lélia Gonzalez está ausente.

Porém, nos últimos anos há um movimento de resgate da obra de Lélia Gonzalez, com reedições de suas obras (como em Gonzalez, 2018; Gonzalez, 2020; Gonzalez, 2024); Gonzalez e Hasenbalg, 2022 [1982]) e com uma vasta gama de atividades em homenagem à Lélia Gonzalez e ao legado de sua obra. Mas mesmo neste contexto de retomada da obra de Lélia Gonzalez, poucos são os trabalhos que buscam resgatar análise de interpretação do Brasil, como neste artigo que aqui apresentamos, e nos já citados trabalhos Barreto (2018), Araujo (2020) e Novo (2023) e Mascaro (2024). Como aponta Raquel Barreto (2018), há um processo de racismo epistêmico que invisibiliza e renega autores e autoras que fogem do citado padrão homem-branco e que dão centralidade para outras e outros sujeitos em suas obras e temas. “Os efeitos do racismo e da supremacia branca no Brasil tem, sistemática e concretamente, invisibilizado, apagado, no campo epistemológico, vozes destoantes ao seu projeto. O processo acentua-se ainda mais quando se tratam de mulheres negras” (Barreto, 2018, p. 27).

Neste contexto, a obra e a atuação de Lélia Gonzalez é uma interpretação do Brasil que articula elementos do feminismo, em especial, do feminismo negro, do marxismo, da psicanálise, das questões anticoloniais, da intelectualidade e da cultura negras e das questões raciais. É a primeira autora do pensamento social brasileiro a defender a articulação entre as relações raciais, as relações de gênero, as relações de sexualidade e as relações de classe para compreender o Brasil, a formação econômico-social brasileira de capitalismo dependente que se forma. Em especial, dá destaque para as questões do racismo e do sexismo como estruturas permanentes e limitantes no desenvolvimento da formação econômico-social brasileira.¹⁰

Assim, em consonância com alguns dos debates críticos sobre a questão racial no Brasil a partir dos anos 1940, 1950 e 1960,¹¹ Lélia Gonzalez (1978; 2020c [1980]; 2020d[1980]; 1981b;

¹⁰ A questão da formação (e seus desdobramentos) é uma questão central para o pensamento econômico e social brasileiro, conforme Arantes e Arantes (1997); Arruda e Villarino (2016).

¹¹ As principais obras deste período foram escritas por Edison Carneiro em 1968, Alberto Guerreiro Ramos em 1954 e 1966, Florestan Fernandes em 1964, Waldir de Oliveira Freitas em 1969 e Abdias Nascimento com a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944. Posteriormente, Clóvis Moura (1977; 2019[1988]; 1989; 2014[1994]) também contribuirá para este debate.

2020f[1982]; 2020h[1982]; 2020k [1984b]; 2020m[1985]; 2020o[1988]; 2020p [1988]; Gonzalez y Hasenbalg, 1982) vai, nos anos 1970 e 1980, apresentar uma crítica à noção tão difundida no senso comum e na sociologia tradicional brasileira –a da democracia racial, ou melhor, do “mito da democracia racial”. O uso do conceito de democracia racial foi inaugurado pelo intelectual Arthur Ramos (1903-1949) em 1941. Este autor realizou uma síntese no conceito de “democracia racial”, expressão usada até aquele momento com outra conotação nos Estados Unidos, a partir das noções de “democracia étnica” e “democracia social”, provenientes da literatura e dos intelectuais africanistas estadunidenses e também utilizadas por Gilberto Freyre. A expressão ficou registrada em seu livro *Culturas negras no novo mundo*, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1946.

O debate sobre uma possível “democracia racial” perpassou o pensamento econômico e social brasileiro durante todo o seu período republicano e permanece em disputa. O fim da escravização marcou um período de grande movimentação para redefinição do papel político, econômico e dos direitos dos não-brancos na sociedade brasileira. O racismo científico ainda era a principal fonte de formulação no pensamento dominante.¹² No entanto, autores como Manoel Bomfim (1868-1932) e Alberto Torres (1965-1917) questionaram estas visões, também clássicos como Euclides da Cunha (1866-1909) comportaram inúmeras contradições a este respeito. Somase a isso a reflexão, já referida, trazida por Freyre (1933) na qual vai valorizar a miscigenação e o miscigenado em contraponto à visão racista dominante.

O debate sobre a questão da democracia racial se aprofunda então depois de 1941 com a criação em 1944 do Teatro Experimental do Negro (TEN) por Abdias Nascimento. Fundação do Teatro Experimental do Negro. O TEN promoveu, por meio de ações culturais, uma crítica ao Estado Novo e uma mobilização em prol de uma democracia inclusiva. No entanto, sua relação com a ideia de “democracia racial”, era ambígua, na medida em que inicialmente buscava compatibilizar o ideário da democracia racial, o resgate de valores culturais africanos e a denúncia do preconceito racial. Intelectuais como Clovis Moura e Alberto Guerreiro Ramos esquentaram o debate nos anos 1950 trazendo críticas, na perspectiva dos trabalhadores negros e contestando a ideia de que no Brasil houvesse uma democracia racial, em sua opinião tratava-se de um mito. Acompanharam estes autores alguns pesquisadores brasileiros financiados pela da UNESCO nas décadas de 1950-60, como Thales de Azevedo (1904-1995), que encontraram dados que contrariavam o referido conceito. Mas a grande polêmica se estabeleceu quanto durante o primeiro ano da ditadura empresarial-militar (1964-1985) no Brasil é publicado o livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, em que Florestan Fernandes demonstrou que a democracia racial, já denunciada como um mito, funcionava como uma técnica de dominação de classe. Em 1968, Abdias Nascimento rompe com o discurso da mestiçagem ligado ao conceito de democracia racial, incorporando a reflexão de Florestan e os conceitos de revolta e resistência afirmando a negritude. Octávio Ianni (1966), Thales de Azevedo (1975), Thomas Skidmore (1976) e Abdias Nascimento (1976) também escrevem denunciando a democracia racial como mito e argumentando que esta era uma ideologia imposta de cima para baixo e valorizada pelo regime ditatorial em curso por ser crucial para a manutenção das instituições e da ordem no país.

É neste contexto que a contribuição de Lélia Gonzalez, nas obras supracitadas, apresenta como as estruturas da formação econômico-social brasileira são marcadas pela violência e pela violação, em especial, das mulheres nativas (escravizadas) e das escravizadas oriundas de África.

¹² No campo dos autores influenciados pelo “racismo científico” no Brasil podemos listar os trabalhos de Oliveira Vianna (1883-1951), Paulo Prado (1869-1943), Nina Rodrigues (1862-1906) e Sílvio Romero (1851-1914).

Sua análise explícita como não há (ou houve) harmonia na interação entre os colonizadores e os povos colonizados e escravizados e que as relações que resultaram na miscigenação do povo brasileiro foram fundamentalmente marcadas pela violência, pelo racismo e pelo sexismo, questionando de partida a possibilidade de qualquer tipo de democracia substantiva vir desta forma de interação social.

A versão em que a crítica de Lélia ao “mito da democracia racial” é mais conhecida está em seu artigo de 1980, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Neste texto, Lélia Gonzalez não só apresenta uma crítica à visão dominante sobre a formação econômico-social brasileira que deu alicerce ao “mito da democracia racial”, como também apresenta contundentes críticas a visões consideradas mais à esquerda sobre o processo da formação econômico-social brasileira que no entendimento de Lélia Gonzalez apresenta uma visão que objetificou e animalizou as mulheres negras escravizadas, além de retratar as pessoas negras e suas ações de forma inferiorizada e tutelada (ver, por exemplo, Freyre, 1933, pp. 58 e 63, bem como Prado Junior, 1942, pp. 30 e 140).

Neste texto, Lélia Gonzalez identifica o racismo como um sintoma da “neurose cultural brasileira”. Utilizando em sua análise instrumentais analíticos da psicanálise, Lélia revela como, através da negação do racismo e da existência da interação social (e sexual) entre a raça branca e as raças não-brancas, há uma naturalização e aparente invisibilização do racismo na nossa sociedade, ao mesmo tempo em que o racismo permanece essencial nas estruturas de poder e no inconsciente da população (em especial, da branca) brasileira.

Com isso, busca compreender a inserção da mulher negra trabalhadora na sociedade brasileira para além das questões socioeconômicas, mas também buscando analisar como as questões socioeconômicas se articulam com as questões da subjetividade. Dentre estes elementos subjetivos que condicionam as interações sociais entre os sujeitos, suas raças, gêneros e classes, aponta também o medo como um elemento importante para a configuração do racismo no Brasil.

Para Lélia Gonzalez, o medo se estabelece como forma de impedimento da organização e unidade do grupo dominado (formas de resistência) e como forma de manutenção da estrutura de opressão. A autora demarca como a classe social dominante tem medo do reconhecimento dos elementos culturais de nossa sociedade como sendo elementos de origem africana, e destaca a existência do medo das classes dominantes (brancas) de identificar as marcas da população negra em nossa produção social da vida. Ao mesmo tempo destaca como que é necessário para o grupo dominante manter a estereotipificação negativa e a ridicularização da população negra. Desta forma, constrói como estereotipificação da população negra a partir de aspectos que lhes são atribuídos e valorizados negativamente. Assim, se estabelece o que Lélia Gonzalez identifica, criticamente, como a simultânea naturalização e invisibilização do racismo em nossa sociedade, que se consolida no que chama de “racismo por denegação” (uma referência que traz da psicanálise), que abordaremos mais adiante no texto.

Porém, por mais que o racismo seja um elemento estrutural e estruturante da formação econômico-social brasileira, por outro lado, Lélia Gonzalez também dá destaque para o fato de que os elementos típicos e importantes para a cultura brasileira são, em grande parte, elementos de origem negra ganham centralidade, como: “samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba”, a valorização da beleza da mulher brasileira centrada em elementos característicos da população negra e valorização do carnaval e seus símbolos e elementos, em um movimento contraditório e violento de apropriação cultural. Revela assim, a forte marca de apropriação dos elementos culturais da população negra, rememorando a apropriação dos elementos da população escravizada pelos senhores. Ao mesmo tempo, a autora aponta que o

valor de tais elementos “é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra” (Gonzalez, 2020p). Assim, na percepção da autora, o racismo se manifesta tanto nos aspectos explicitamente violentos e marginalizantes, mas também nos processos de apropriação –inclusive para a dinâmica da acumulação– dos elementos oriundos das populações negras.

Lélia Gonzalez nos convida a pensar, então como as interações entre a população branca e as mulheres negras são controladas por meio das tipificações estereotipadas. Desta forma, o racismo e o sexismo se manifestam na sociedade brasileira inconscientemente por meio de 3 tipificações da mulher negra, que tem origem no período da escravização e que persistem se manifestando na sociedade contemporânea: a “mulata”; a “doméstica” e a “mãe preta”, que representariam em sua análise a objetificação da mulher negra, a subserviência da mulher negra e os laços aparentemente maternos e afetivos entre as mulheres negras e a população brasileira (em especial, a população branca), que são afetivos, porém, também hierarquizados e que colocam a mulher negra em um lugar subalterno e subjugado. Assim o mesmo sujeito, a mulher negra na sociedade brasileira, fica vinculado a estas atribuições subalternas, todas associadas aos cuidados, aos afetos e à dominação.

Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 2020c[1980].) como também em outras obras em que coloca a centralidade na figura da mulher negra escravizada (2020q[1979]; 2020b [1979]; 2020e[1981]; 2020f[1982]; 2020g[1982]; 2020h[1982]; 2020j[1984]; 2020m[1985]; 2020n[1988]; 2020o[1988]; 2020p [1988]) Lélia Gonzalez subverte o papel tradicionalmente relegado às mulheres escravizadas na literatura sociológica e historiográfica brasileira, ao mesmo tempo em que revela elementos sofisticados de opressão e subjugamento das mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea. A autora aponta como esta estereotipificação de papéis sociais explicitam um movimento que é essencialmente racista e sexista, de naturalização do “lugar do negro” (grupo dominado) como periférico e revela como estes elementos estruturais de hierarquização (e exclusão) da população negra que se manifestam na subjetividade dos indivíduos que compõem a sociedade e também nas relações entre as classes, as raças e os gêneros que têm origem no período de escravização.

Tanto a tipificação das mulheres negras (“mulata”; “doméstica”; “mãe preta”) quanto a criminalização sistemática da população negra masculina, em sua maioria, (encarceramento em massa, perseguição policial sistemática, extermínio em massa da população negra), bem como a apropriação e a desvalorização da influência africana da cultura brasileira são para Lélia Gonzalez reflexos do que definiu como “neurose cultural brasileira”.

Lélia Gonzalez (2020c[1980]) não tem dúvidas de que é na “neurose cultural brasileira” que tem origem o “mito da democracia racial”. Para a autora, a ideia em torno do “mito da democracia racial” está ligada aos processos de “domesticação” da população negra. “Domesticação” que, para a autora, se deu por meio da ideologia do branqueamento, infantilização, discurso ideológico de alienação e de ocultamento da memória da população negra, bem como sua objetificação e inferiorização sistemática. Estas também são diferentes atribuições do mesmo sujeito, a mulher negra na sociedade brasileira, que para Lélia Gonzalez são elementos estruturais de hierarquização (e exclusão) da população negra que tem origem no período de escravização e que se rearticulam ao longo do processo de configuração do capitalismo dependente no Brasil.

Resgatando as análises de M. D. Magno –uma importante referência para a autora– Lélia Gonzalez traz para a análise do racismo em nossa sociedade o conceito denegação (do alemão,

verneinung), oriundo da psicanálise que define como “Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Gonzalez, 2020p [1988], p. 127). Assim, o racismo na sociedade brasileira é negado veementemente por todos os grupos sociais –à esquerda (Gonzalez, 2020q[1979]) e à direita (2020p [1988])– ao mesmo tempo em que se manifesta de maneira violenta, mesmo que implicitamente. Marcando assim os efeitos psicossociais de uma sociedade estruturada a partir do racismo.

Em sua crítica ao “mito da democracia racial”, Lélia Gonzalez (2020p [1988]) apresenta a noção de “racismo por denegação” ou “racismo disfarçado”. Para a autora, não é que não exista racismo no Brasil (ou nas sociedades latino-americanas, em sua raiz ibérica), mas que este racismo aqui se manifesta de maneira diferente que em outras formações econômico-sociais (em especial, em comparação com as ex-colônias anglo-saxônicas). Este racismo que aqui se configura é um racismo marcado pelos elementos da já citada “neurose cultural brasileira” e pela forma como se deu o processo de formação econômico-social brasileira, e das sociedades latino-americanas. A partir da colonização ibérica foram formuladas as principais estruturas sociais formais e informais desta invasão, em um processo de racismo que possui muitas artimanhas e peculiaridades que não precisam assumir a forma explícita, mas que também são extremamente violentas.

Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor.

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nestas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (Gonzalez, 2020p [1988], pp. 131-132)

Percebe-se como a origem colonial e o passado de escravização, nunca superados, são ainda fundamentais na configuração da sociedade brasileira (e das outras sociedades latino-americanas), em suas mais variadas dimensões. Para a questão que estamos desenvolvendo neste ponto –o “mito da democracia racial”– vale ainda nos referirmos a um desdobramento importante da senda aberta por Lélia, tomando como referência o trabalho de Sueli Carneiro (1995). Para Carneiro (1995) é fundamental termos em mente a intrincada articulação entre classe, gênero, sexualidade e raça para a compreensão do Brasil. Em sua visão “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (Carneiro, 1995, p. 546). A contradição das palavras cordialidade e estupro na mesma frase representam o tamanho da contradição da

conceitualização de uma democracia racial. Ainda, podemos reivindicar Hollanda (2020), para o questionamento do mito da democracia racial

tem sua força inicial no feminismo latino-americano que introduziu a articulação sexo/gênero/raça nos estudos sobre os efeitos do sistema patriarcal na instalação dos Estados Nacionais, denunciando a ideologia da mestiçagem fundadora e sua ancoragem na violência e na violação das mulheres nativas. (Hollanda, 2020, p. 20)

A autora traz este tipo de análise para debater o senso comum que além de defender o já citado “mito da democracia racial”, também faz falseadoras comparações entre algumas sociedades com processos de racismo mais explícitos, como o apartheid na África do Sul, ou as leis de segregação nos EUA vigentes até os anos 1960. O argumento da autora é que ainda que o racismo que se apresenta na sociedade brasileira seja um racismo mais velado, isso não significa que ele não exista ou que não seja violento. Pelo contrário, ao explicitar o caráter subjetivo do “racismo por denegação” e revelar como este é estrutural e estruturante da formação econômico-social brasileira (e das sociedades latino-americanas), Lélia Gonzalez aponta a perversidade e a violência desta forma de racismo, assim, as dificuldades e problemas gerados.

As questões do processo de formação no capitalismo dependente vistas na perspectiva de Gonzalez

Ao abordar a formação econômico-social brasileira (e as latino-americanas) tomando como marco os processos coloniais e de escravização nas origens da configuração do capitalismo dependente que aqui se forja, Gonzalez (1979; 2020d[1980]; 2020f[1982]; 2020g[1982]; 2020j[1984a]; 2020k[1984b]; 1985; 1988) explicita como o processo histórico de formação deste capitalismo dependente se deu a partir de um sistemático processo de segregação e hierarquização no âmbito da configuração da força de trabalho.

Lélia Gonzalez afirma categoricamente que o racismo é estrutural e funcional para o desenvolvimento capitalista que se forja no Brasil e na América Latina, assim como em outras sociedades que ela identifica como multirraciais. Fenômeno que se explicita na divisão racial do trabalho.¹³

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente; em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva. (Gonzalez, 2020d [1980b], p. 187)

Um processo funcional para os processos de acumulação capitalista (interno e internacional) que também se forjou a partir da existência e exploração de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (conforme Marx, 2003[1867]). O exército industrial de reserva é uma característica da dinâmica do desenvolvimento e das relações sociais nas sociedades

¹³ E que quando a autora insere os elementos a opressão de gênero e sexual em suas análises para pensar a questão da mulher negra se manifestam também na divisão sexual do trabalho.

capitalistas que, em síntese, consiste em características das relações sociais capitalistas que pressionam a força de trabalho como um todo e os trabalhadores e as trabalhadoras, individualmente, a constantemente retornarem ao mercado para a venda da força de trabalho –nas palavras de Marx (2003 [1867]), uma pressão “sobre trabalho e à submissão aos ditames do capital” (Marx, 2003 [1867], p. 864) e também como um efeito da dinâmica da acumulação capitalista, como mecanismo de regulação da distribuição.

Neste sentido, o exército industrial de reserva é parte constitutiva das relações sociais capitalistas e da dinâmica da acumulação capitalista. Mesmo os setores da força de trabalho que não estão aparentemente parte do exército industrial de reserva, ou seja, não se encontram em situação de marginalização na dinâmica do mercado de trabalho, estes setores sofrem os efeitos das pressões geradas pela existência do exército industrial de reserva e da dinâmica da acumulação capitalista sobre as relações sociais. “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador e toda trabalhadora a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (Marx, 2013 [1867], p. 870). Logo, para Marx, o exército industrial de reserva não tem uma forma fixa a priori ou somente se expressa aparentemente nos grupos desempregados. Mas faz parte essencial das relações sociais capitalistas e possui formas de manifestação distintas –que Marx (2013[1867]) identifica como flutuante, latente e estagnada, a depender da dinâmica do ciclo econômico– e formas históricas distintas. É nesta especificidade de suas formas históricas que Lélia Gonzalez foca sua análise, relacionando relações sociais capitalistas na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro (e latino-americano) e as dimensões de gênero e raça nas formas como o exército industrial de reserva se expressa.

Lélia Gonzalez ao resgatar o conceito de exército industrial de reserva o faz de maneira fortemente influenciada pelo estruturalismo althusseriano (Althusser; Balibar, 1967), tão vigente no marxismo ocidental (e brasileiro) desde os anos 1960 –Gonzalez (2020q[1979]) inclusive cita diretamente Althusser em sua obra de “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”.¹⁴ Isso significa que seu entendimento sobre o exército industrial de reserva o relaciona à dinâmica da acumulação e a sua aparência nos setores excluídos e marginalizados da força de trabalho, na parte da força de trabalho, ou seja, uma parte das classes trabalhadoras, que está à disposição das forças produtivas e da dinâmica de acumulação, mas que não necessariamente é de fato integrada ao processo produtivo. Assim, fica à margem. No entendimento do que seria esta população à margem e como ela se configura nestas sociedades de capitalismo dependente, Lélia Gonzalez resgata o conceito de José Nun (1969) de *masa marginal*, que seria “*afuncional*” ao processo da acumulação, ainda que possa, de alguma maneira estar integrado à dinâmica de acumulação, já que sequer pressiona as forças produtivas pela inserção no chamado exército industrial de reserva, que se somaria ao exército industrial de reserva.

Mas Lélia Gonzalez vai além do conceito de Nun, identificando a existência de grupos marginais funcionais (que associa ao exército industrial de reserva) e de marginalidade “não-funcional” (masa marginal¹⁵) na configuração da força de trabalho, mas também identificando os

¹⁴ Há uma ampla multiplicidade de perspectivas e correntes que compõem a tradição marxista e entre estas diferentes perspectivas há muitas controvérsias, debates e polêmicas. A perspectiva althusseriana não é necessariamente hegemônica ou tão pouco consensual, mas foi fortemente influente no marxismo brasileiro e na obra de Lélia Gonzalez, especificamente. A problematização destas controvérsias, no entanto, escapa ao escopo deste artigo. Para este debate, há múltiplas referências, que não se esgotam nestas aqui sugeridas, mas destacam-se: Thompson (1978); Coutinho (1971); Losurdo (2017); Anderson (1976), entre outros.

¹⁵ Gonzalez (1979) aponta como grupos que compõem a massa marginal: “(a) parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo; (b) maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividades terciárias de baixa

elementos das opressões de gênero e raça concomitantes aos processos de marginalidade. Afinal, “as questões relativas ao subemprego e baixa participação no mercado de trabalho recaem justamente à população negra, em especial às mulheres negras” (Gonzalez, 2020q, p. 27). Assim, partindo destes referenciais, Lélia Gonzalez analisa as especificidades da exploração e da marginalização das populações negras e das trabalhadoras negras nos processos de configuração do capitalismo dependente. A autora aponta como elemento fundamental destes grupos marginalizados a impossibilidade de integrá-los como força de trabalho para o capital produtivo já que no capitalismo dependente brasileiro, a massa marginal, que se converte em “afuncional”, possuindo certo nível de autonomia em relação ao sistema produtivo. E por esta certa autonomia, não vai desaparecer. Gonzalez 2020g [1982], no mesmo sentido de análises de Moura (2019[1988]; 1977); Nascimento (2020[1978]) e Fernandes (1964) afirma inclusive que o pós abolição da escravidão em 1888 no Brasil foi um marco no aprofundamento da marginalização da população negra na sociedade e na economia brasileira.

Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. Com ele se iniciava o processo da marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre. (Gonzalez, 2020g [1982], p. 218)

Logo, de acordo com Gonzalez (2020q[1979]), o processo de desenvolvimento do capitalismo dependente em sua própria dinâmica estruturalmente exclui as populações negras, em especial, as mulheres negras trabalhadoras, e sua dinâmica de desenvolvimento não leva à integração das massas marginalizadas que estes grupos compõem. Lélia Gonzalez (1979) aponta – na mesma direção de autores como Clóvis Moura (2019[1988])– que há diferenças de integração, de inserção e de opressão das classes trabalhadoras brancas e das classes trabalhadoras não-brancas, em especial, negras. Diferenças estas que se manifestam em profundas desigualdades: sociais, econômicas, salariais, de renda, educacionais, etc. Pensar as desigualdades e os desafios do desenvolvimento no Brasil e na América Latina, em economias de capitalismo dependente, não se resume a pensar as questões da acumulação e de classe, mas também, e fundamentalmente, de gênero, raça e classe de maneira articuladas.

Novo (2023), ao apresentar a análise de Lélia Gonzalez sobre a formação econômico-social brasileira, afirma que

O que parece importar à autora é, justamente, o desocultamento dos fatores que contribuíram, ao longo da formação da sociedade brasileira, para naturalizar a exclusão e a marginalização de uma parte significativa da população. Em outros termos, a noção de massa marginal é utilizada para mobilizar as correlações entre capitalismo e subjugação racial, no contexto do capitalismo dependente, articulando uma crítica do capitalismo patriarcal-racista que estrutura as sociedades latino-americanas. Para Gonzalez, a opressão das mulheres negras nesse contexto é acentuada, porque isso se faz a partir de um caráter triplo. Ao articular as noções de exploração/subjugação de gênero e raça ao capitalismo patriarcal-racista-dependente, a autora se desvincula definitivamente das análises de José Nun e, com isso, elabora em termos próprios a dinâmica do capitalismo patriarcal-racial latino-americano. (Novo, 2023, p. 80-81)

Assim, a partir da análise da obra de Lélia Gonzalez, podemos pensar o desenvolvimento no Brasil –e na América Latina de maneira mais ampla– do que o que normalmente aparece nas

remuneração; (c) maioria dos desocupados; (d) totalidade da força de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial” (Gonzalez, 2020q, p. 27).

análises sobre desenvolvimento. A análise de Lélia Gonzalez como uma interpretação do Brasil é uma análise que coloca centralidade para as questões raciais e de gênero no centro das dinâmicas das relações sociais que se forjaram e se desenvolvem na formação econômico-social brasileira e latino-americanas. E marcadas estruturalmente pela violência, tanto em seu passado colonial e escravocrata, como nos processos de transformações modernas e de configuração do capitalismo dependente.

Como apontam Almeida e Paulani (2024) há um “silêncio eloquente” que se manifesta na ausência das questões raciais nos debates clássicos sobre desenvolvimento, inclusive, nas formulações feitas na América Latina. No entanto, como a obra de autores e autoras como Lélia Gonzalez nos permite perceber, a questão racial é um problema estrutural nas sociedades capitalistas, em especial, nas sociedades capitalistas dependentes e com passado colonial e escravocrata, como as sociedades latino-americanas. A partir da análise de Lélia Gonzalez sobre a formação econômico-social brasileira e sobre o capitalismo dependente que se forja, os dilemas e desafios ligados à questão racial podem ser entendidos como elementos estruturais do desenvolvimento, seja nas estruturas da formação econômico-social e do capitalismo dependente, seja nos debates sobre os possíveis caminhos para a consolidação do desenvolvimento e quais os desafios que os projetos de desenvolvimento precisam enfrentar.

Ao explicitar os elementos estruturais da formação econômico-social brasileira (e latino americanas) e que se reconfiguram no capitalismo dependente contemporâneo marcados pelos processos de racismo, sexismo que resultam nos processos de marginalização das populações não-brancas, em especial, das populações negras e, mais marcadamente, das mulheres negras trabalhadoras, autores e autoras como Lélia Gonzalez nos ajudam a identificar na articulação dos processos de opressão de gênero, raça e classe, elementos fundamentais das nossas formações históricas e que devem ter sua superação objetivada em projetos de desenvolvimento que busquem de fato estabelecer processos inclusivos, democráticos e autônomos.

Por uma “*América Ladina*” autopropelida

Retomando o que apresentamos na seção anterior sobre a especificidade da manifestação e configuração do racismo no Brasil e na América Latina colonizada pelos ibéricos, o que Lélia Gonzalez chamou de “racismo por denegação”, em seu artigo “Por um feminismo afro-latino-americano” (Gonzalez, 2020o[1988]), a autora explicita sua análise que aponta as raízes dos processos de opressão racial (e de gênero) nestas sociedades ibéricas (os impérios espanhol e português) e suas colônias (América Latina ibérica) nas relações sociais e de hierarquização que se estrutura na subjugação de raça e gênero na essência das relações sociais e que se aprofundam com os processos coloniais e de desenvolvimento de capitalismo dependente. E que parte fundamental deste processo está na negação do racismo e do sexismo, das estruturas de opressão e de hierarquização, em uma suposta igualdade e um aparente não-racismo.

Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. Estratificadas racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante.

Desse modo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter claramente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura. (Gonzalez, 2020o, pp. 143-144)

Esta percepção das peculiaridades da forma como o racismo (e o sexismo) operam na América Latina levam Lélia Gonzalez a reivindicar a ideia de uma *amefricanidade* e de um feminismo afro-latino-americano. Em Gonzalez (2020o[1988], 2020p[1988]) a autora reivindica que ao invés de América Latina, deve-se utilizar os termos “*Amefricanidade*”, “*América Ladina*” e “feminismo afro-latino-americano” (ou “*afro-ladino-americano*”) nos movimentos negros e feministas das classes trabalhadoras da nossa região. Esta expressão terminológica de unidade pretende refletir que há semelhanças entre o Brasil e demais ex-colônias ibéricas, em especial, na região caribenha, na forma de africanização –que se manifestaram historicamente no papel da força de trabalho escravizada africana no processo de colonização– e na forma como o racismo se manifestou historicamente.

Lélia Gonzalez reivindica usar o termo “*América Ladina*” ao invés de América Latina em reconhecimento da diversidade das sociedades que compõem a “*América Ladina*”, dando destaque para os elementos em comum dentre as diferentes formações econômico-sociais da região a origem no mesmo sistema de dominação (colonial, escravocrata, racista) que se manifestou contemporaneamente na hierarquização racial e cultural na região, na aparente “superioridade” branca ocidental e “inferioridade” negro-africana. Para Lélia Gonzalez, reconhecer a *amefricanidade* significa reduzir a importância do ibérico/colonial na nossa configuração. Tal atitude tem um caráter emancipatório em termos simbólicos, de potencial para ruptura com a estrutura de dominação e hierarquização. Especialmente, porque, nas palavras da autora

quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. (Gonzalez, 2020o [1988], p.130)

Ao mesmo tempo, ao reivindicar o entendimento da palavra América como todo o continente, e não só os EUA, em uma crítica ao imperialismo dos EUA, defende a incorporação dos povos originários na análise do processo histórico de desenvolvimento da formação econômico social americana, largamente influenciado pela intensa dinâmica cultural afrocentrada (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) desenvolvida no contexto da dinâmica diaspórica forçada pelos processos de escravização com uso e abuso do conhecimento técnico do povos africanos para fins da exploração colonial e a incorporação de suas culturas no processo de reprodução social da vida. Lélia compreende então que uma análise precisa da formação da América tem a necessidade de ser forjada com sentido de construção de uma identidade étnica, expressa na cultura (entendida de maneira ampla), no legado de resistência do processo de dominação e na memória deste legado.

Esta identidade, na visão de Lélia Gonzalez, se apresentaria como uma unidade específica, historicamente forjada no interior das sociedades do continente americano, uma experiência histórica comum. Criação nossa e de nossos antepassados no continente inspirados em modelos africanos – em especial, da chamada diáspora africana, como também em um reconhecimento das referências da população indígena. Em suas palavras, “Termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como aqueles que chegaram à América muito antes de Colombo” (Gonzalez, 2020o [1988], p. 77, *grifos originais da autora*).

A partir das reflexões sobre a categoria de *amefricanidade* (*Amefricanity*), Lélia vai afirmar que suas implicações político-culturais são, de fato, democráticas; exatamente porque o “próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA” (Gonzalez, 2020o [1988], p. 134-135, *grifos originais da autora*). A democracia que a autora identifica com implícita nesta categoria deriva de uma percepção de seu valor metodológico estar associado ao fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada nas diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.

Partindo desta análise de Lélia Gonzalez, podemos pensar que o desenvolvimento a ser construído e que possa de fato promover uma dinâmica autônoma e autopropelida de acumulação precisa ser estabelecido a partir da *amefricanidade*. É necessário encarar de frente os problemas e gargalos econômicos, políticos, sociais e culturais engendrados pelos processos de opressão e hierarquização de gênero, de raça e de classe na configuração das formações econômico-sociais latino-americanas e no processo de configuração do capitalismo dependente. Por mais que os debates difundidos sobre desenvolvimento silenciem sobre a dimensão racial (Almeida e Paulani, 2024), não encarar de frente estes elementos significa não reconhecer e lidar com elementos essenciais e estruturais destas sociedades.

Assim, a “América” autopropelida se reconhece com um sistema etno-geográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados também em modelos africanos. O elemento importante desta categoria é dinâmico, pois Lélia enxerga que ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa forma específica de sociabilidade que identifica na diáspora e no genocídio uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Tal experiência histórica é ainda temperada pelo sistema de dominação que compartilhamos: o racismo. Este racismo que estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana como norma institucionalizada chegou a ser utilizada para caracterizar uma suposta “natureza sub-humana” de todos os não-brancos presentes nesta territorialidade, afim de naturalizar a exploração socioeconômica dos *amefricanos* por todo o continente.

Recuperar, então, o legado histórico da produção material da vida e das resistências da consciência social *amefrikana* é se reapropriar da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso. Lélia ainda evoca Fanon e Rodney para explicitar o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África e a nossa América, junto com ela.

Porém a experiência *amefrikana* se diferenciou daquela dos africanos que permaneceram em seu próprio continente, já que incorporamos toda essa rica experiência vivida no Novo Mundo.

O esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio aponta para uma perda de identidade própria, logo reafirmada alhures (o que é compreensível em face das pressões raciais no próprio país). Só que não se pode deixar de levar em conta a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. Justamente porque, enquanto descendentes de africanos, a herança africana sempre foi a grande fonte revivificadora de nossas forças.

Neste ponto, nota-se nitidamente a influência do pensamento de Abdias Nascimento (1978) nas formulações da autora que destacam a importância da autonomia na forma de observar a formação efetiva de nossa história na perspectiva dos oprimidos. Esta originalidade é o que nos permite uma contribuição autêntica ao panafricanismo, sem cairmos na armadilha de nos definirmos a partir de uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África sem voltarmos o nosso olhar para a realidade em que vivemos de fato na América. Deste modo, reconhecemos um “gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá” e nos transforma em amefricanos. Indo mais longe de Lélia identifica que “uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular” (Gonzalez, 2020p [1988]).

Por tudo isso, e muito mais, acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente nos identificarmos a partir da categoria de amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente. (Gonzalez, 2020o [1988], p.137)

Considerações finais

A interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez[xi] é uma inovadora forma de compreensão do Brasil e deve ser resgatada para as análises contemporâneas sobre o Brasil e suas questões, bem como do processo de desenvolvimento que nos trouxe até aqui. Como afirmamos ao longo do artigo, seguindo os passos de Novo (2023), Araújo (2020) e Barreto (2018), Lélia Gonzalez é precursora –no Brasil, na América Latina e na literatura mundial– da articulação entre as categorias de gênero, raça e classe e os processos de opressão e dominação associados a estas categorias como um todo articulado e emaranhado indissociável da análise sobre os processos de formação econômico-sociais e de desenvolvimento.

Interpretar o Brasil a partir da tríade (articulada) de gênero, raça e classe é não só relevante, como necessário. Os dilemas ligados aos processos de opressão de gênero, raça e classe são elementos essenciais para pensarmos sobre o que foi o processo da formação econômico-social brasileira e quais os dilemas e contradições estão postos para as possibilidades de desenvolvimento aqui.

Ao observarmos os dados contemporâneos sobre a estrutura econômico-social brasileira, os dados sobre desigualdade econômica e social e das questões dos movimentos sociais, vemos explícita a atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez e das suas propostas de lentes de análise para a sociedade brasileira e suas questões. Desta forma propomos reconhecer que mais que uma autora do feminismo negro, do feminismo decolonial latino-americano, ou do movimento negro brasileiro, Lélia Gonzalez apresenta elementos fundamentais para compreendermos a formação econômico-social brasileira. Ao identificar os processos históricos, culturais, econômicos e

psicossociais ligados ao processo de formação econômico-sociais latino americanas, e brasileira, em especial, e como este processo se forja estruturalmente ligado a processos de violência e opressão de gênero, raça e classe, ao estabelecer conexões entre as características dos processos de desenvolvimento dependente, desigual e combinado das sociedades latino americanas aos seus processos de formação econômico-social marcados pela colonização ibérica, pela escravização e pela dinâmica da acumulação externa e ao trazer elementos de diagnóstico e análise histórico referenciada destes processos, a obra de Lélia Gonzalez nos ajuda a entender de maneira mais ampla e complexificada os processos históricos de configuração das sociedades latino americanas e seus dilemas contemporâneos e desafios para os caminhos e incógnitas do porvir.

Ainda mais além, sua obra tem esta grandeza exatamente por Lélia Gonzalez ser uma intelectual orgânica dos movimentos feminista negro e do movimento negro e estar preocupada com as questões relevantes para estes movimentos de forma interdisciplinar e ampla, revelando ao mesmo tempo os limites das abordagens economicistas para o desenvolvimento e as possibilidades dos aportes interdisciplinares para sua compreensão.

Lélia Gonzalez é uma autora fundamental para a desvendar o desenvolvimento Brasileiro como componente de um processo Latino-Americano em uma abordagem feminista, anti-racista e decolonial na América Latina integrada pela história de dominação e exploração. Sua obra tem uma importância para o pensamento econômico e social latino-americano (ou “*afro-ladino-americano*”, ou “*amefricano*”; ou da “*América Ladina*”) em geral, e brasileiro em particular.

Ainda que Lélia Gonzalez não tenha sido uma autora que tenha se debruçado especificamente sobre a categoria do desenvolvimento e sobre os pormenores dos processos de desenvolvimento latino-americanos, há aportes importantes na obra de Lélia Gonzalez para pensarmos os desafios do desenvolvimento. Em especial, a partir de sua análise sobre o que foi o processo histórico de formação econômico-social das sociedades latino-americanas e brasileira, especificamente, e das características do que é o capitalismo dependente contemporâneo latino americano tendo como centro de análise as dimensões raciais e de gênero, a obra de Lélia Gonzalez nos permite ampliar o escopo de análise sobre o que são os desafios a serem enfrentados pelos debates sobre desenvolvimento.

Mesmo que a questão racial não tenha tido centralidade nos debates sobre desenvolvimento, como apontam Almeida e Paulani (2024) e que as questões de gênero sejam secundárias na história do pensamento econômico, como nos revela Fernandez (2022), as dimensões de gênero e de raça não são secundárias às questões da dinâmica de acumulação e desenvolvimento, muito pelo contrário. Assim, devemos buscar ampliar o cânone de referência que fundamenta as discussões sobre desenvolvimento. Defendemos neste artigo, portanto, que Lélia Gonzalez deve fazer parte deste cânone ampliado. Perspectivas sobre desenvolvimento que tenham como referência obras como a de Lélia Gonzalez tem o potencial de serem perspectivas mais sólidas e pujantes. Afinal, trazer para a centralidade da análise sobre as estruturas das sociedades periféricas e dependentes, como as latino-americanas, as dimensões sobre gênero, raça e classe essencialmente interconectadas torna estas análises mais conectadas à essência do que está em jogo quando discutimos os possíveis caminhos para o desenvolvimento.

Assim, podemos afirmar que é fundamental termos como referência obras como a de Lélia Gonzalez para pensarmos o Brasil na América Latina e o Brasil em sua complexidade, para o desenvolvimento das lutas dos movimentos sociais das classes trabalhadoras. O que Lélia nos ensina é a pensar questões de gênero, sexualidade e raça não como somente recortes específicos e pontuais, nichados, mas como questões centrais para compreender o processo da formação

econômico-social brasileira e do capitalismo dependente que aqui se forma. Afinal, as classes trabalhadoras não são sujeitos abstratos, mas possuem gênero, raça, entre outros marcadores sociais que carregam em si vivências, opressões e questões utilizada para dominação e opressão e que portanto precisam ser articuladas na luta para pensarmos o desenvolvimento e os horizontes de superação do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano. Como Bárbara Araújo (2020) aponta em seu artigo sobre Lélia como uma intérprete do capitalismo brasileiro

O caráter pioneiro de sua discussão sobre a articulação entre racismo e sexismo no Brasil, incluindo uma reflexão sobre essas questões e o desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira, tornam a leitura de sua obra, ainda tão pouco conhecida na academia e na militância, fundamental para quem busca uma análise sistêmica que de fato dê conta do caráter contraditório do capitalismo no Brasil, que tem o racismo e o sexismo como fatores fundantes e constitutivos. (Araújo, 2020, s.p.)

A importância e a atualidade da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil são inegáveis e fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. A marca da articulação entre gênero, raça e classe na compreensão do que foi e é a formação econômico-social brasileira é pioneira e deve fazer parte da formação de todo cidadão brasileiro e toda cidadã brasileira, em especial, os que atuam nas ciências sociais e suas áreas correlatas.

Referências

- Almeida, S. L. de, e Paulani, L. M. (No prelo). O Silêncio Eloquente: Por que as teorias do desenvolvimento calam sobre o racismo? *Revista de Economia Política/Brazilian Journal of Political Economy*.
- Althusser, L., e Balibar, É. (1979-1980). *Ler o capital* (Vols. 1 e 2). Zahar Editores. [1967]
- Anderson, P. (2019). *Considerações sobre o Marxismo Ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. Boitempo.
- Arantes, P. (1997). Providências de um crítico na periferia do capitalismo. In P. Arantes e O. B. F. Arantes (Eds.), *Sentido de formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Paz e Terra.
- Arantes, P., e Arantes, O. B. F. (1997). *Sentido de formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Paz e Terra.
- Araujo, B. (2020, septiembre 13). Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. *Revista Jacobin Brasil*. <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>
- Arruda, M. A. do N., e Villarino, L. V. (2016). O conceito de formação em tempos críticos: Esboço de reflexão. [Apresentação] In *Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS*. 24 e 28 de outubro, Caxambu (MG), Brasil.
- Axt, G., e Schüller, F. (Eds.). (2004). *Intérpretes do Brasil: Cultura e identidade*. Artes e Ofícios.
- Azevedo, T. de. (1975). *Democracia racial: Ideologia e realidade*. Vozes.
- Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano* (1st ed.). Insular. [1972]
- Barreto, R. (2018). Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In L. Gonzalez, Lélia Gonzalez: *Primavera para as rosas negras* (pp. 12-27). Filhos da África.
- Botelho, A., e Schwarcz, L. M. (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Companhia das Letras.
- Cardoso, F. H. (2013). *Pensadores que inventaram o Brasil*. Companhia das Letras.
- Carneiro, É. (1968). O negro como objeto de ciência. *Afro-Ásia*, (6-7), 91-100. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i6-7.20679>
- Carneiro, S. (1995). Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 544-552.
- Coutinho, C. N. (2010 [1971]). *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Expressão Popular.
- Curty, C., Malta, M., e Borja, B. (2021). Intérpretes do Brasil: Influências na origem do pensamento econômico brasileiro. *História Econômica e História de Empresas*, 24(2), 463-489.
- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: Alguns apontamentos históricos. In *Tempo*, 12(23), 100-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>
- Fernandes, F. (1989). *Significado do protesto negro*. Cortez Autores Associados.
- Fernandes, F. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Contracorrente.
- Fernandez, B. P. M. (Ed.). (2022). *Mulheres na história do pensamento econômico*. Editora Peregrinas.

- Freyre, G. (2006 [1933]). *Casa-grande e senzala*. Global.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Editora Paz e Terra.
- Gonzalez, L. (1978). *Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?* Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- Gonzalez, L. (2018) *Primavera para as rosas negras - Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* . Diáspora Africana
- Gonzalez, L. (2018a[1985]). Entrevista: Mito feminino na revolução malê. In *Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras* (pp. 258-262). Diáspora Africana, Editora Filhos da África.
- Gonzalez, L. (2018b[1985]). Insurreições negras e sociedade brasileira. In *Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras* (pp. 263-264). Diáspora Africana, Editora Filhos da África.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Gonzalez, L. (2020a[1979]). A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 45-48). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020b[1979]). A mulher negra: Um retrato. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 173-178). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020c[1980]). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 75-93). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020d[1980]). A questão negra no Brasil. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 183-190). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020e[1981]). A mulher negra: Essa quilombola. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 197-200). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020f[1982]). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 49-64). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020g[1982]). E a trabalhadora negra cumé que fica? In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 217-219). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020h[1982]). De Palmares às escolas de samba, tamos aí. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 204-206). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020i[1983]). Racismo por omissão. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 220-221). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020j[1984a]). Mulher negra. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 94-111). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020k[1984b]). Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 222-227). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020l[1985]). O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 112-126). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020m[1985]). A mulher negra no Brasil. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 158-170). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020n[1988]). In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 127-138). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020o[1988]). Nanny: Pilar de amefricanidade. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 151-157). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020p [1988]). A categoria político-cultural de amefricanidade. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 127-138). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020q[1979]). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 25-44). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020r [1981b]). Democracia racial? Nada disso!. In L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 201-203). Zahar.
- Gonzalez, L. (2024[1987]). *Festas populares no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Gonzalez, L., e Hasenbalg, C. (2022[1982]). *Lugar de Negro*. Zahar.
- Hollanda, H. B. de. (2020). Introdução. In Holanda H. B. de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 10-33). Editora Bazar do Tempo.
- Ianni, O. (1966). Raças e classes no Brasil. Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (2000). Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, 12.
- Ianni, O. (2002). Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49).
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200001>

- Losurdo, D. (2019). *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. Boitempo Editorial.
- Malta, M. et al. (2022a) (Orgs.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Editora Mórula.
- Malta, M. et al. (2022b) (Orgs.). *Controversies about history, development and revolution in Brazil: economic thought in critical interpretation*. Brill Publishing.
- Malta, M. M. de et al. (2011). A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In M. M. de Malta (Coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro* (pp. 23-52). Editora IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- Marini, R. M. (2005[1973]). Dialética da dependência. In Marini, R. M. *Ruy Mauro Marini, vida e obra* (pp. 53-74). Expressão Popular.
- Marini, R. M. (2014[1969]). Subdesenvolvimento e revolução. Editora Insular.
- Marx, K. (2013[1867]). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo Editorial.
- Mascaro, A. L. (2024). *Sociologia do Brasil*. Boitempo Editorial.
- Moura, C. (1977). *O negro: de bom escravo a mal cidadão*. Editora Conquista.
- Moura, C. (1989). *História do negro brasileiro*. Editora Ática.
- Moura, C. (2014[1994]). *Dialética radical do Brasil negro*. Fundação Maurício Grabois.
- Moura, C. (2019[1988]). *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Fundação Maurício Grabois.
- Moura, C. (2020[1959]). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Editora Anita Garibaldi.
- Nascimento, A. (1976). *Racial democracy in Brazil: Myth or reality*. E. L. Nascimento, Trans. University of Ife.
- Nascimento, A. (2019[1980]). *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Editora Perspectiva / IPEAFRO.
- Nascimento, A. (2020[1978]). *Genocídio do negro brasileiro*. Editora Perspectiva.
- Nascimento, A., e Semog, É. (2006 [1929]). *O Griot e as Murallas. Pallas*.
- Novo, M. F. (2020). Lélia Gonzalez: intérprete da formação social do Brasil. *Discurso*, 53(1), 74-97.
- Nun, J. (1978). Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In Pereira, L. (Org.). *Populações marginais*. Duas Cidades.
- Pericás, L. B., e Secco, L. (Orgs.). (2014). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. Boitempo Editorial.
- Prado Júnior, C. (2011[1942]). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Editora Companhia das Letras.
- Ramos, G. (1979[1954]). O problema do negro na sociologia brasileira. In Schwartzman, S. (Ed.), *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo* (pp. 39-69). Ed. da UNB.
- Ratts, A., e Rios, F. (2010). *Lélia Gonzalez*. Editora Selo Negro.
- Ricupero, B. (2008). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. Editora Alameda.
- Rios, F., e Lima, M. (2020). Introdução. In Gonzalez, L., *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos* (pp. 9-21). Editora Zahar.
- Santiago, S. (Org.). (2000-2002). *Intérpretes do Brasil* (Vols. 1-3). Editora Nova Aguilar.
- Secco, L., Silva, M., e Brites, O. (Orgs.). (2023). *Mulheres que interpretam o Brasil*. Editora Contracorrente.
- Skidmore, T. E. (1976). *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra.
- Thompson, E. P. (2021[1978]). A miséria da teoria e outros ensaios. Editora Vozes.

Contribución de autoría (taxonomía CRediT)

Carla Curty: conceptualización, investigación, metodología, visualización, redacción - borrador original y redacción - revisión y edición.

Maria Malta: conceptualización, investigación, metodología, visualización, redacción - borrador original y redacción - revisión y edición.